

POLÍTICA



“O objetivo da mesa redonda foi debater publicamente os pareceres apresentados pelos relatores especiais do projeto do novo Código de Processo Civil”

Rinaldo Mouzalas, advogado

AL adia votação de empréstimo

Deputados só votarão pedido de R\$ 120 milhões para a Cagepa depois do recesso parlamentar, em julho

A Assembleia Legislativa deixou para depois das férias a votação do empréstimo da Cagepa. O pedido de autorização para que o Estado da Paraíba seja avaliada em um empréstimo de R\$ 120 milhões para a companhia foi adiado pelos parlamentares. O presidente da empresa, Deusdete Queiroga lamentou o adiamento da votação. ‘Ficamos muito preocupados. Esta decisão pode trazer danos graves para a companhia’, disse Deusdete.

De acordo com o presidente, a dívida atual da empresa com os Bancos privados, cujos juros são extorsivos, e serviço da dívida com Caixa Econômica (FGTS) e o BNDES, chegam a R\$ 190 milhões. ‘O valor da ordem do novo empréstimo é de R\$ 120 milhões. O aval permite até o valor de R\$ 150 milhões. A operação vai possibilitar que a dívida com quatro ou cinco bancos privados seja liquidada, permitindo que a Cagepa possa utilizar parte da sua receita na melhoria dos serviços de manutenção e qualidade do fornecimento de água’, afirmou.

De acordo com Deusdete, a empresa arrecada

em torno de R\$ 36 milhões por mês e tem uma despesa de aproximadamente R\$ 42 milhões, com déficit mensal de R\$ 6 milhões. Ele apontou que grande parte da despesa da Empresa é comprometida com pessoal, parcelamentos de impostos e financiamentos bancários com altos juros. “Com o empréstimo conseguiremos reduzir as despesas e equilibrar a empresa”, destacou.

Deusdete Queiroga ressaltou a compreensão do sindicato da Cagepa, que, recentemente encerrou a greve depois de uma negociação com o governo do Estado. ‘Foi fechado um acordo com o sindicato. Eles entenderam o momento de dificuldade que passa a companhia e aceitaram uma proposta para implantar a correção pela inflação para o final do ano’, disse.

Queiroga finalizou explicando que ao longo dos meses, a Cagepa vai reduzir ainda mais as despesas, aumentar a receita e se reestruturar para daqui a dois anos começar a pagar esse financiamento, caso a Assembleia venha a entender a grave crise por que passa a companhia.

NÓS PODEMOS PARAÍBA

Cida Ramos coordenará núcleo

MÁRCIA DEMENTSHUK

A secretária de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba (SEDH), Aparecida Ramos, assinou o Termo de Adesão ao movimento Nós Podemos Paraíba (NPPB), na manhã de ontem, em João Pessoa. Aparecida Ramos irá coordenar o núcleo de Municipalização do movimento e, ao lado de Gustavo Nogueira, titular da pasta de Planejamento do Estado, irá integrar o Comitê Técnico de Monitoramento das Atividades voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) na Paraíba. A secretária-executiva do movimento, Beatriz Ribeiro, considerou a adesão estratégica para o avanço dos objetivos.

A atuação da SEDH será em nível de coordenação do núcleo de Municipalização do NPPB. As atividades e projetos que a SEDH realiza estarão, agora, ligados oficialmente aos ODM. “Um dos pontos

do Plano de Ação do movimento é a municipalização. Temos o compromisso de alcançar as metas em todo o Estado e só faremos isso se somarmos a capacidade de quem está trabalhando pela mesma causa, como é o exemplo da Secretaria de Desenvolvimento Humano”, explica Núbia Gonçalves, coordenadora do NPPB.

A SEDH está presente em todos os municípios do Estado e disponibilizará recursos físicos e humanos. “Com o desenvolvimento das ações da Secretaria (SEDH), direcionado aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, nas cidades do interior do nosso Estado, estaremos otimizando o trabalho. Iremos de fato alcançar os grupos vulneráveis. A grande beneficiada é a população, que estará usufruindo das políticas públicas formatadas a ela”, considera Beatriz Ribeiro.

Aparecida Ramos afirmou que os compromissos dos ODM são idênticos aos da SEDH. “O nosso desafio



NALVA FIGUEIREDO

Beatriz recebeu ontem a visita da secretária Cida Ramos

será integrar ações de outras secretarias estaduais, como a do Meio Ambiente, Educação, da Mulher, da Saúde, e outras. Essa articulação que iremos fazer dentro de uma proposta comum, que são os ODM, será a grande inovação em termos de gestão pública”, analisa Aparecida Ramos.

No que diz respeito ao Comitê Técnico de Monitoramento, Aparecida Ramos irá representar o Governo do Estado, junto com o secretário

estadual de Planejamento, Gustavo Nogueira. Serão sete componentes ao todo, acrescentando representantes da sociedade civil, do NPPB, e um técnico.

O Comitê foi instituído pelo Poder Executivo em setembro do ano passado, considerando que o governo estadual é integrante do movimento Nós Podemos Paraíba. O principal objetivo é reverter os índices alarmantes de pobreza, educação, saúde e meio ambiente.

Comissão Especial debate o novo Código de Processo Civil

ADRIANA RODRIGUES

A comissão especial do novo Código de Processo Civil promoveu ontem, à tarde, no Plenário 11, da Câmara dos Deputados, uma mesa-redonda com juristas para debater o parecer do deputado Efraim Filho (DEM) sobre a parte geral da proposta, que contou com a colaboração do advogado paraibano, professor e especialista em Direito Processual Civil, Rinaldo Mouzalas.

O debate foi uma iniciativa do relator-geral da proposta, deputado Paulo Teixeira (PT-SP). Ele lembra que assumiu o posto recentemente e que a opinião de especialistas é importante para elaboração do seu parecer final. Posteriormente, o colegiado também realizará mesas-redondas para discutir os outros quatro relatórios parciais do projeto.

O advogado Rinaldo Mouzalas, foi convidado para participar da mesa-

redonda pelo presidente da comissão especial, deputado Fábio Trad (PMDB-MS), que tem o objetivo de debater publicamente os pareceres apresentados pelos relatores especiais. Além da mesa-redonda promovida ontem, que tratou exclusivamente da parte geral, serão realizadas outras duas, nos dias 4 e 11 de julho.

No dia 4 as discussões serão sobre processo de conhecimento, cumprimento de sentença e procedimentos especiais. Já no dia 11, processo de execução, processos nos tribunais, meios de impugnação das decisões e disposições finais e transitórias.

Parte geral

De acordo com Rinaldo Mouzalas, que integra a comissão de juristas que participou das discussões para reforma do Código de Processo Civil (CPC), em seu parecer sobre a parte geral da proposta, o deputado

Efraim Filho incluiu normas sobre o processo eletrônico; o incentivo à conciliação e mediação; e a obrigatoriedade de que os processos sejam julgados na ordem cronológica em que foram apresentados.

O advogado ressaltou, que é também na parte geral que está uma das maiores inovações do texto: a criação do incidente de resolução de demandas repetitivas, que vai dar uma só decisão a todas as ações que tratem de um mesmo tema.

O novo CPC busca agilizar a tramitação das ações cíveis, com a eliminação de recursos e o reforço à jurisprudentia e a outros mecanismos. A proposta teve origem em um anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas, coordenada pelo hoje ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux. O Código de Processo Civil atualmente em vigor é de 1973 (Lei 5.869/73).



Josvaldo Rodrigues Ataíde
* 11/03/1943
† 15/06/2012

Missa de Sétimo Dia

DATA: 21/06/2012
LOCAL: PARÓQUIA DE FÁTIMA - MIRAMAR
HORA: 19:30h

O 4X4
MAIS INVOCADO
DO MERCADO
PODE SER SEU.

A PARTIR DE **R\$ 55.990,**



TAXAS
A PARTIR DE
0,99%

No trânsito somos todos pedestres



BR 230 - Km 12, 555 - Estrada de Cabedelo
(83) 3246.6465 - www.grupodiasneto.com.br



VOCÊ BEM SUZUKI

Exata 11.8814 a m. validada pelo Ministério da Saúde em 2012. Modelo válido até 2012. O preço varia de acordo com o modelo e o equipamento. O preço de venda é o preço de venda sugerido pelo fabricante. O preço de venda é o preço de venda sugerido pelo fabricante. O preço de venda é o preço de venda sugerido pelo fabricante.